

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1012778-43.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Prestação de Serviços**
 Requerente: **Niels Bohr Educacional Ltda.**
 Requerido: **Claudemir Roberto Dias**
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

PODER JUDICIÁRIO**1ª Vara Cível de São Carlos****Processo nº 1012778-43.2017****VISTOS**

NIELS BOHR EDUCACIONAL LTDA (COLÉGIO INTERATIVO) ajuizou a presente Ação de **Cobrança** em face de **CLAUDEMIR ROBERTO DIAS**, todos devidamente qualificados.

Aduziu a autora que é credora do requerido pelo valor de R\$ 1.292,68 em razão de mensalidades escolares dos meses de novembro e dezembro de 2016.

A inicial veio instruída com documentos de fls. 05/23.

Devidamente citado (fls. 29) para audiência de

1012778-43.2017.8.26.0566 - lauda 1

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

tentativa de conciliação, o réu não compareceu nem apresentou defesa (fls. 30) ficando reconhecido em estado de contumácia.

É o relatório.

DE C I D O.

A causa comporta julgamento antecipado nos termos do art. 330, II, do Código de Processo Civil.

A pretensão é procedente.

Ante a ocorrência do efeito material da revelia presumem-se aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial (art. 344 do CPC).

Com o silêncio o requerido confessou ser devedor da quantia de R\$ 1.292,68, relativa aos serviços educacionais prestados pela autora à sua (dele) filha.

A dívida do postulado tem vencimento certo e valor conhecido, cuja exigibilidade é imediata, de forma que a simples ausência de pagamento já é capaz de configurar a mora do devedor.

Assim, trata-se de mora "ex re" e nesse caso impõe-se a aplicação do disposto no art. 397, caput, do CC: "o inadimplemento da obrigação, positiva e líquida, no seu termo, constitui de pleno direito em mora o devedor".

Portanto, a correção monetária e os juros decorrem da mora do devedor, cuja caracterização se operou a partir do vencimento das mensalidades.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

* * *

Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE** a súplica inicial para o fim de **CONDENAR** o requerido **CLAUDEMIR ROBERTO DIAS** a pagar a autora, **NIELS BOHR EDUCACIONAL LTDA. (COLÉGIO INTERATIVO)** o valor das mensalidades elencadas a fls. 02, sendo que cada valor experimentará correção monetária e juros de mora a contar da data de cada vencimento

Sucumbente, arcará o requerido com as custas processuais e honorários advocatícios, que arbitro em 10% sobre o valor da condenação.

Transitada em julgado esta decisão, caberá ao vencedor iniciar o cumprimento de sentença fazendo o requerimento necessário, nos termos dos artigos 523 e 524, do CPC.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 15 de fevereiro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**